

CPI - Correio Pátria

Sarney, José

JORNAL DA TARDE

15 NOV 1993

CPI DO SARNEY

Chiarelli quer reabertura do caso

O ex-ministro e ex-senador Carlos Alberto Chiarelli (PFL-RS) disse ontem que, por coerência, o Congresso deveria desengavetar o relatório da CPI da Corrupção no governo Sarney e apresentar uma resposta cabal à sociedade sobre suas conclusões. Relator da CPI, Chiarelli lembra que ela enquadrou em crime de responsabilidade Sarney e cinco ministros por diversas irregularidades, mas o assunto foi arquivado num despacho de três linhas do deputado federal Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que na ocasião estava presidindo interinamente a Câmara.

O ex-ministro do governo Collor lista as denúncias que a CPI investigou durante dez meses em 1988: utilização de verbas não orçamentárias em favor de prefeituras, reajustes retroativos no pagamento de empreiteiras e prestadores de serviço, concessões de linhas navais, uso de verbas públicas para cobrir dívidas privadas e a revogação de um decreto, um mês após entrar em vigor, que

determinava o depósito de recursos públicos em bancos oficiais. Somente os reajustes retroativos pagos às empreiteiras, por dois decretos de Sarney, em 1987, causaram prejuízos à União no valor de US\$ 700 milhões, segundo conclusão da CPI. O relatório, atribuindo crime de responsabilidade ao presidente e cinco ministros, foi aprovado por dez votos a um.

Mas a abertura de um processo de impeachment, pedida por parlamentares e entidades como a OAB,

esbarrou na decisão de Inocêncio de arquivar o relatório com as conclusões da CPI. O ex-senador diz que sofreu muitos danos pessoais e arranjou vários inimigos na função de relator. "Acho que seria muito bom para o País, sem nenhum propósito revanchista, que se apurasse a fundo a verdade sobre as irregularidades que foram apontadas. Elas merecem apreciação e julgamento para que não pare a dúvida permanente. É uma incoerência não fazer isso".

Reajustes retroativos pagos a empreiteiras lesaram a União, segundo CPI.